

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha do Manhã S.A.

**Director de Redação:** Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## Dívida e ideologia

*que para  
A-2*

Seja resultado do extremismo político ou do anacronismo intelectual de alguns parlamentares constituintes — pouco importa a explicação que se procure dar —, o fato é que o problema do endividamento externo brasileiro adquire novamente “contornos ideológicos”. Pouco importa a esses personagens a busca de alternativas para a superação de uma das mais dramáticas questões econômicas do momento; interessa apenas o registro de uma posição intransigente, ainda que vazia de propósitos.

É assim que o Brasil sofreu na noite de sábado um golpe de irracionalidade e oportunismo por parte do Congresso constituinte. Os integrantes da Comissão de Sistematização surpreenderam o país aprovando (42 votos contra 6) um “projeto de decisão” que proíbe seja a dívida externa brasileira convertida em investimento. Para se tornar lei, como última etapa de tramitação, a proposta depende agora da vontade da maioria do plenário.

A conversão da dívida é uma hipótese factível que se apresenta. Trata-se apenas de uma fórmula que, se desenvolvida com habilidade, pode não só equacionar o imobilismo gerado pelo estrangulamento externo e pelo decreto da moratória —reinserindo a economia brasileira no contexto inter-

nacional—, mas também representar um importante fator de atração de recursos para investimento interno (o cobiçado dinheiro novo). A “soberania nacional” está protegida pelo debate público sobre a amplitude e as bases de conversão. Como se vê, não é o caso de “entregar” o país aos “alienígenas”, como apregoa a xenofobia deletéria.

Diante da crise econômica, quando o horizonte recessivo e os riscos do descontrole inflacionário ainda estão presentes, a perspectiva da conversão deveria ser recebida com entusiasmo. Mas não, uma parcela do Congresso constituinte —minoritária em seu conjunto, é preciso reconhecer— simplesmente a afasta por princípio. O pior de tudo é que não propõe qualquer outra alternativa viável.

Fazendo uso de uma retórica carente de qualquer consistência técnica, o deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ) justifica sua tese de proibição com os dizeres proféticos e lacônicos de que os credores internacionais querem a “desnacionalização da nossa economia”. É mais um exemplo de como a demagogia ainda encontra espaço nas discussões econômicas. Inaceitável, contudo, é que uma propositura desta natureza ainda tenha aceitação no Congresso.